

**ESCREVER SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA, CRIAR REPRESENTAÇÕES:
UMA ANÁLISE SOBRE ARTIGOS VEICULADOS NO *O FLUMINENSE* - 1894**WRITING ABOUT PUBLIC EDUCATION, CREATING REPRESENTATIONS: AN
ANALYSIS OF ARTICLES PUBLISHED IN *O FLUMINENSE* - 1894Ariadne Lopes Ecar¹
Universidade de São Paulo/FAPESP**RESUMO**

A proposta deste artigo foi de analisar uma série de matérias publicadas no jornal *O Fluminense*, nos meses de julho, agosto e setembro de 1894, que tratavam da instrução pública no estado do Rio de Janeiro. No final do Século XIX, era comum se ouvirem notícias atreladas à Escola Normal de Niterói, enaltecendo-a como o único local de onde saíam as pessoas responsáveis pela instrução do cidadão fluminense. Ao manusear os microfiches de 1894, percebi representações produzidas pelo órgão de imprensa local sobre a escola referida, visando reconstruir possíveis ressonâncias e impactos dela na cidade. Iniciar uma sequência de matérias que tratavam do professor hodierno era sugerir melhorias no ensino, como foi o caso do primeiro título encontrado. Entre outros assuntos, o texto elencava três aspectos que atrapalhavam o professor moderno, a saber: confundir estudar com decorar; usar e abusar dos compêndios e dos livros em geral; e utilizar-se da severidade como disciplina. Para o jornal, o próprio professor deveria ser o compêndio vivo, pois, como Spencer ponderava, a função do livro era suplementar.

Palavras-chave: Escola Normal e Liceu. Jornal *O Fluminense*. Representações.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo² foi de analisar uma série de artigos publicados no jornal *O Fluminense*, no mês de setembro de 1894, que tratavam dos Liceus e das Escolas Normais. A ideia partiu de uma pesquisa recente sobre a Escola Normal de Niterói na Primeira República, que focava os conhecimentos pedagógicos propostos para a formação de professores na antiga capital do Estado. Procurando por pistas que me remetessem à instituição, recorri ao jornal, por ter a característica de tratar de assuntos relacionados à região fluminense, em especial, da cidade de Niterói. A análise das fontes foi feita na vigência da bolsa oferecida pelo Programa Nacional de Apoio à

¹ Pedagoga formada pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. E-mail: ariadneecar@gmail.com

² Este artigo fez parte de uma comunicação na mesa coordenada 'Professores, instituições e manuais escolares no Império e na Primeira República', apresentada no VII Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), em 2013, em Cuiabá, intitulada 'Liceus e Escolas Normais em evidência no jornal *O Fluminense* - 1894'.

Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional (2012). Porém pode-se considerar este trabalho como inicial para se pensar sobre o ensino secundário fluminense na Primeira República.

No final do Século XIX, era comum ouvir notícias atreladas à Escola Normal de Niterói, enaltecendo-a como o único local de onde saíam os responsáveis pela instrução do cidadão fluminense. Ao manusear os microfilmes de 1894, percebi representações produzidas pelo órgão de imprensa local sobre a Escola Normal de Niterói e o Liceu. Por representações entendo, de acordo com Chartier (1991; 1994), as coletivas, aquelas em que os indivíduos estruturam seus modos de percepção e apreciação no mundo, e como classificam, julgam e agem sobre ele; em segundo lugar, as formas como o ser social ou político se mostra, considerando o poder; e, por último, a *presentificação* de uma identidade ou de um domínio.

Considero o jornal como esse lugar de presentificação, em que são estabelecidas relações de forças e constituídas estruturas que podem organizar estilos de se fazer presente na sociedade. Os artigos dispostos no jornal *O Fluminense* são os seguintes: *O professor hodierno* (31/07/1894); *O professor hodierno II* (01/08/1894); *O professor hodierno III* (02/08/1894); *Ensino público* (04/08/1894); *Pedagogia moderna* (05/08/1894); *Subvenções* (07/08/1894); *Escolas públicas* (16/08/1894); *Ensino público* (05/09/1894); *Liceus e Escolas Normais I* (21/09/1894); *Liceus e Escolas Normais II* (23/09/1894); *Liceus e Escolas Normais III* (25/09/1894); *Liceus e Escolas Normais IV* (26/09/1894); *Liceus e Escolas Normais V* (28/09/1894); *Liceus e Escolas Normais VI* (27/09/1894); *Liceus e Escolas Normais VII* (30/09/1894). Neste trabalho, foquei apenas aqueles que tratavam das representações produzidas pelo jornal *O Fluminense*, no que concerne aos *Liceus e às Escolas Normais*.

2 O ENSINO SECUNDÁRIO E O NORMAL EM NITERÓI

As histórias dos Liceus e das Escolas Normais, a princípio, têm uma relação de *mutualismo facultativo* ou *protocooperação*, na qual as duas instituições vivem independentes e, por conseguinte, beneficiam-se da associação entre si. Digo isso porque, de acordo com Kulesza (1998), em algumas províncias, as Escolas Normais tiveram que se acomodar aos Liceus existentes, compartilhando seus professores, instalações e regulamentos.

Em Niterói, ocorreu o contrário. A Escola Normal foi criada em 1835, e o Liceu

em 1847, porém suas histórias se entrelaçaram em quase todo o Século XIX e grande parte do XX. As duas instituições foram sujeitas a fechamentos e a reaberturas constantes, diferentemente da escola primária, que manteve a ampliação de seu número (ALVES, 1992).

Com a instauração do regime republicano, a Escola Normal de Niterói encontrava-se em meio às discussões sobre seu fechamento. Isso ocorreu com o Decreto de 15 de abril de 1890, que criou o Liceu de Humanidades e o substituiu pelo “[...] instituto especializado de formação do magistério primário [...]” (NOGUEIRA, 1938, p.173). Em 17 de maio, por meio do Decreto nº 83, foi estabelecida no Liceu a cadeira de Pedagogia, uma disciplina-vínculo com a formação de professores. De acordo com Nogueira (1938, p. 173), “[...] essa cátedra susteve o fogo aceso em 1835 por Costa Azevedo [...]”, referindo-se à data de criação da escola e à pedagogia como esteio que sustentaria a formação de professores em Niterói. Assim, o Liceu de Humanidades passou a abrigar a Seção Pedagógica.

Ressalte-se, entretanto, que, em 1893, o Estado fluminense promulgou a Lei nº 41, que reorganizou o ensino público. O artigo 1º trazia a subdivisão da instrução pública em ensino primário, profissional, normal e secundário, ou seja, a Escola Normal e o Liceu estariam legalmente constituídos e separados novamente. Não havia dúvida de suas atribuições. Enquanto a Escola Normal formaria professores para atuarem no Magistério primário, o Liceu prepararia para os cursos de ensino superior da República e escrituração mercantil. Mas, será que a separação dos institutos funcionaria a contento? Será que, com apenas um diretor para administrar duplamente, as instituições teriam suas demandas atendidas igualmente? Essas são questões que precisam ser mais aprofundadas.

O fato é que manter duas instituições sob a mesma administração redundaria numa economia financeira para o Estado. Primeiro, porque quem trabalhasse na Escola Normal e no Liceu só teria um vencimento, mas obteria uma gratificação por este último. Por exemplo, o artigo 5º das *Disposições Transitórias* dizia que o professor de Matemática da Escola Normal seria o mesmo de escrituração mercantil do Liceu; e o professor de Educação Moral e Cívica da Escola Normal regeria também a disciplina Sociologia e Moral do Liceu (ARTIGO 6º), e assim por diante. Segundo, manter duas instituições em conjunto faria com que pelo menos uma permanecesse aberta, quando alguma delas fechasse por determinação legal. Apesar de funcionarem

independentemente, dividiam o mesmo espaço, mas conservavam suas características próprias.

Pela Lei de 1893, o curso normal seria fixado em três anos, e o secundário, em seis, por meio de séries anuais. O tempo de estudos da Escola Normal sempre foi um ponto de discussão, antes de serem feitas quaisquer leis para reger a instituição. Qual seria, então, o período necessário para se formar um professor? Feita em mais tempo, redundaria em mais gastos e haveria menos professores disponíveis para assumir as escolas primárias tendo em vista a demanda da época. Feita em menos tempo, poderia comprometer a qualidade da formação dos futuros *construtores da nação*³. Outra hipótese que precisa ser analisada é a de que a maioria das pessoas que se matriculava na Escola Normal tinha renda de média a baixa⁴ e precisava terminar o curso para ajudar no sustento da casa - mesmo que o vencimento fosse pequeno. Assim, fixar o curso em três anos seria a decisão mais acertada. Já o curso do Liceu, feito em seis anos, propedêutico⁵, que poderia redundar em escrituração mercantil, atenderia a outro público com poder aquisitivo maior (ALVES, 1992). Havia também uma carga de disciplinas na Escola Normal maior do que a do Liceu durante um ano letivo, mas a lei não disponibilizou o número de horas estudadas de cada instituto.

A exigência para acessar a formação de professores era maior do que a do Liceu. A idade mínima era de 18 anos, para o sexo masculino, e de 14, para o feminino. Não era permitido apresentar moléstia ou deformidade incompatível com o Magistério, porém, em ambos, os candidatos aos cursos teriam que se submeter a um exame de português, aritmética e metrologia. A frequência era obrigatória na Escola Normal e livre nos Liceus.

No restante do regulamento, as normas seguiam bem parecidas em ambos os institutos: a escolha dos programas, os meios disciplinares, concurso para professores, entre outros. Sem dúvida, tanto a Escola Normal quanto o Liceu conservavam particularidades do período imperial que diziam respeito à tradição das instituições.

³ Parafrazeando MULLER, Maria Lúcia Rodrigues - As construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111_maria_lucia_r.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2009.

⁴ Essa hipótese precisa ser testada. Mas, manuseando os documentos de matrícula dos alunos da Escola Normal de 1897 a 1911 - preservados no Liceu Nilo Peçanha, em Niterói, e manuseados em 2009 - pode-se ter uma ideia do público que frequentava a escola.

⁵ Os alunos do Liceu saíam como Bacharéis em Letras.

Com o início da República, não houve uma ruptura imediata com o ensino que vinha sendo ministrado, por isso mesmo, as instituições foram alvo de muitas críticas que apareceram em *O Fluminense* em 1894, numa série de artigos dedicados ao ensino e que tratavam de assuntos relacionados aos Liceus e às Escolas Normais.

3 AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENSINO NORMAL E O SECUNDÁRIO EM O FLUMINENSE

De acordo com Campos (2012), algumas pesquisas vêm se debruçando sobre análises de jornais não pedagógicos e colocando o veículo de informação como *sujeito da história*, passível de trazer uma visão de mundo e de sociedade com aspectos sociais e culturais que o cercam. Por vezes, ainda tem sido visto apenas como um lócus maniqueísta, uma atribuição que impede de observá-lo como um campo de disputas onde instam *estratégias e táticas* (CERTEAU, 1990). Na pesquisa realizada, utilizou-se *O Fluminense*, fundado em 08 de maio de 1878, um dos mais antigos jornais ainda em circulação no estado do Rio de Janeiro. Não tinha vínculo com nenhum setor educacional, mas, pelo menos uma vez por ano, publicava séries de artigos que tratavam da instrução pública.

Pelo que percebi, o jornal foi um meio de comunicação que apoiou muito os movimentos republicanos, nutrindo esperanças em torno do recente regime político. Porém, por mais que se marque cronologicamente a instauração da República, não há como dormir monarquista e acordar sendo um republicano. Os movimentos em prol do novo regime começaram muito tempo antes de 1889. Mas, ao ler *O Fluminense*, a impressão que se tem é de que, com o início do regime político, tudo mudou repentinamente. Falava-se que os fluminenses haviam entrado na *senda do progresso* (*O FLUMINENSE*, 15/06/1894), que o Estado do Rio de Janeiro precisava passar por uma civilização. Mas, quem seria responsável por tal processo? A Escola Normal! Sim, a instituição estava em evidência sendo enaltecida, por exemplo, como *simpática e útil*⁶. É claro que a honra cairia sobre a Escola Normal de Niterói, pois a de Campos ainda não estava inaugurada, e a de Barra Mansa não havia saído do papel⁷. Não foram raras as notícias de enaltecimento da instituição observadas no jornal *O Fluminense*⁸, como

⁶ Ibidem.

⁷ Há que se levar em conta a existência de uma instituição na cidade do Rio de Janeiro e outra em Petrópolis, esta última como Livre, equiparada ao ensino do Estado.

⁸ Edições do ano de 1894 e de 1898.

também de críticas. Todavia, exigências e ponderações à parte, o fato é que apenas uma instituição não daria conta de formar tantos professores, tendo em vista a população da época⁹.

Sonho ou ilusão? Disponibilizar a Escola Normal como a única porta de entrada para o Magistério era desconsiderar outros modos de formação de professores até aquele momento, ou seja, pelas próprias práticas que a profissão oportunizava.

Como era comum ler no jornal, para que a trilha do progresso fosse seguida com sucesso, o professor deveria estar atento às *novas* tendências que vinham se consolidando internacionalmente, mas que já estavam presentes no Brasil, como o *método intuitivo*, por exemplo. Era conhecido desde o período imperial¹⁰, e não se configurava como uma experiência nova, como propagandeavam os republicanos.

E como o método intuitivo estava sendo bem cogitado, foi publicada uma série de artigos relacionados ao ensino veiculados em *O Fluminense*, nos meses de julho a setembro de 1894. O bloco de artigos, que vinha sempre na primeira página do jornal, não tinha nenhuma assinatura. Porém, pelos assuntos abordados e pelo que estava escrito, o autor (ou autores?) poderia ser alguém ligado à instrução pública, como um professor, diretor ou inspetor. Poderia também ser um pai ou responsável de algum aluno. Deve-se destacar que quase todas as seções tratavam da Lei nº 41 de 1893, que havia modificado a estrutura da instrução pública no Estado.

Dividir um artigo em sete, para ser publicado em sete dias com o mesmo título, mas com uma numeração diferente pode gerar diferentes hipóteses. Primeiro, a questão econômica. Não convinha que uma matéria que dizia respeito à instrução pública ocupasse todo o espaço da primeira página, normalmente destinado às principais notícias do momento. Atrair a atenção do leitor deve ser um intento primordial, visto que, na maioria dos casos, o periódico precisa ser vendido para sobreviver. A segunda explicação poderia estar na sedução do leitor pelo assunto. Se o primeiro título estivesse

⁹ No site do IBGE, é possível ver a estatística de alguns anos dos Séculos XIX e XX. Por exemplo, a população do Rio de Janeiro, em 1872, era de 819.604; em 1890, de 876.884; e em 1900, de 926.035. Se for considerar a faixa etária que vai dos cinco aos 14 anos, possível idade de escolarização, em 1872, tem-se um número de 143.495 crianças; em 1890, 219.986; e em 1900, 245.424. Assim, pode-se ter uma ideia aproximada da população geral do Estado e do número de crianças dos cinco aos 14 anos em 1894. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao.shtm. Acesso em: 20 dez. 2012.

¹⁰ De acordo com Razzini (2008), o método intuitivo esteve presente nos pareceres de Rui Barbosa sobre a Reforma do Ensino Primário (1883) e também da tradução e adaptação do Manual **Primeiras lições de coisas** (1886), de Norman Alison Calkins. O método não estava restrito às **lições de coisas**, mas se estendia a outras disciplinas dos programas.

acompanhado de uma numeração, isso significava que haveria uma continuação da matéria, fosse no dia seguinte ou em outro momento. E a terceira hipótese estaria na falta de espaço para publicar um artigo que havia ficado maior do que o lugar disposto. Foi o que ocorreu entre os dias 21 e 30 de setembro de 1894, com a publicação, no jornal, dos artigos intitulados *Liceus e Escolas Normais*, do número I até o VII.

A Lei de 1893 fixou o Curso Normal em três anos. No entanto, nas edições de *O Fluminense* que percorreram do dia 21 ao dia 30 de setembro de 1894, muito se criticou o acréscimo de mais um ano no curso - de três para quatro - sendo que ainda não havia se modificado¹¹. Na edição do dia 23, o autor perguntou: *O que significaria o acréscimo de um ano no curso normal?* E no dia 25, havia uma crítica à suspensão do ano letivo de 1893¹², em virtude da Revolta da Armada¹³, pois, se não abrisse exceção para os que já estudavam na Escola Normal, ele faria cinco anos de curso. O fato é que o tempo do curso normal, em 1894, era de três anos e ainda não passara para quatro, mas o autor insistia em colocá-lo com um tempo maior. Por quê? Porque ele precisava persuadir o leitor a pensar como ele sobre o aumento de anos de estudo no Curso Normal, caso a lei se modificasse. Nesse episódio, o autor parece não ter tido êxito.

As considerações feitas regularmente sobre os Liceus e as Escolas Normais passavam pela Lei de 1893: a demanda por uma segunda Escola Normal no Estado; a extinção das séries de estudos nos Liceus e do pagamento da taxa de 40\$000 por ano; a crítica aos exames livres, entre outras.

Parecia haver pessoas diferentes escrevendo os artigos, porquanto existiam divergências no que diz respeito às reformas. Como foi pontuado, o autor (ou autores) sempre se remetia à necessidade de reformas, dizendo que a Lei nº 41 era insuficiente para o ensino fluminense. Porém, no artigo que saiu no dia 27 de setembro de 1894 -

¹¹ O número de anos do curso só se modificaria com o Decreto nº. 236, de 31 de outubro de 1895, passando de três para quatro anos.

¹² A escola, que funcionou de 1874 a 1895, em um prédio da Rua São João, também sofreu com a Revolta da Armada, pois teve o andar térreo da instituição ocupado por militares de 25 de janeiro a meados de abril. O imóvel ficou em estado deplorável. O Decreto nº. 99, de 9 de abril de 1894, declarou a insubsistência do ano letivo anterior, em virtude dos arrasamentos ocasionados pelo levante.

¹³ Para entender a Revolta, é preciso voltar-se para a figura do Marechal Deodoro da Fonseca à frente da presidência da República. O presidente, em seu cargo provisório, não conseguia negociar novas proposições para o Brasil pelo fato de a oposição pertencer à elite cafeicultora. Então, de maneira ilegal, fechou o Congresso em 1891. Pressionado pelas unidades da Armada, que estavam insatisfeitas por não ter o mesmo prestígio que o Exército, renunciou ao cargo. Em seu lugar, assumiu, de forma inconstitucional, o Marechal Floriano Peixoto, pois, de acordo com a Carta Magna, deveria haver eleições para ocupar a cadeira da presidência. Em março de 1892, 13 generais enviaram uma carta ao presidente, pedindo que fossem feitas eleições, mas Floriano Peixoto os reprimiu expedindo voz de prisão. Em 6 de setembro de 1893, insurgentes vindos da Marinha reiteravam o pedido da carta anterior. Entre eles, estava Custódio de Melo, insatisfeito com a autoridade do Exército em detrimento da Marinha. O almirante se juntou a jovens oficiais e a monarquistas (WERHS, 1984).

Liceus e Escolas Normais VI - havia uma crítica contra *as sucessivas reformas*. Como isso era possível? Teria o autor mudado de opinião? Os leitores não estavam se interessando pelo assunto ou a hipótese de autores diferentes se confirmaria? Prefiro a última opção, por causa da desarmonia entre os artigos. Inclusive, nesse mesmo texto, o autor apoiava uma possível extinção da Escola Normal e sua transformação em Liceu. Ora, a Escola Normal de Niterói não acabara de ser recriada? Sob qual argumento uma pessoa defenderia essa tese? Qual o lugar que o curso normal e o ensino secundário ocupavam na sociedade fluminense?

O autor fecha a sequência de artigos sobre *Liceus e Escolas Normais* com uma cronologia de leis que reformaram a formação de professores¹⁴. Pelo exposto, havia certa nostalgia, tendo em vista as leis promulgadas no período imperial. Isso soou estranho, porque, segundo Tanuri (2000), as Escolas Normais ficaram marcadas pela criação, pelo fechamento, pela reabertura constantes e pela infraestrutura precária, fatores que, somados com a falta de procura pelo curso, aos pequenos salários pagos aos professores e ao desprestígio por parte de alguns presidentes de Províncias, redundavam na desqualificação do curso. Mas essa também é uma característica jornalística - expor eventos passados a fim de ratificar o assunto que está sendo tratado. Como costume dizer, a mudança de sistema político não mudou, num piscar de olhos, a formação de professores, por isso há que se problematizar esse momento para não cair em sofismas.

A meu ver, a série de artigos publicados com temas sobre Liceus e Escolas Normais, no ano de 1894, deixava de lado a temática do ensino ministrado no ensino secundário e se remetia, principalmente, à formação de professores. Pode ser que o autor tenha dado o título do artigo para chamar a atenção do leitor e, de igual modo, tecer comparações entre as duas instituições, o que daria mais visibilidade ao seu texto. No que diz respeito à Escola Normal, como estava formando seus quadros para assumir as escolas disponíveis e promover a grande demanda existente na região fluminense? A Escola Normal de Niterói estava correspondendo à proposta do *professor hodierno*? Estava ajudando os fluminenses a continuarem na *senda do progresso*? Pelo que o autor (ou autores) dos artigos dizia, as reformas na instrução pública seriam imprescindíveis para a mudança do curso e o acréscimo pernicioso de anos pela demanda das escolas fluminenses.

¹⁴ Lei n. 1.127, de 04/02/1859; Lei n. 1.241, de 13/12/1861; Lei de 30/04/1862; Lei n. 1.325, de 05/12/1866; Lei de 21/04/1869; Lei n. 1.954, de 25/11/1873; Lei de 01/08/1876; Regimento de 07/01/1877; Lei de 06/02/1878; Lei de 29/12/1879; Lei 14/02/1879; Lei n. 2.495, de 08/11/1880; Lei de outubro de 1888 (O autor não disponibilizou todos os números das leis).

4 ESCREVER SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA, CRIAR REPRESENTAÇÕES

Havia uma periodicidade na escrita sobre a instrução pública por meio de artigos em *O Fluminense*. Qual seria a razão para se escrever tanto sobre determinado assunto? Campos afirma que isso acontece por causa da característica efêmera do jornal. Assim,

[...] inversamente à fugacidade concreta a força imaterial está justamente na reiteração, dia após dia, edição após edição, ano após ano de determinados padrões culturais compartilhados por aqueles que os escreveram e os consumiram. Um contrato de confiança subjaz entre aquele sujeito coletivo que envolve quem participa da edição e da leitura do jornal. Esse contrato de confiança envolve crenças, aspirações e memória [...]. (CAMPOS, 2012, p. 61)

Antes que tenham outra finalidade reciclável ou reutilizável, os jornais devem conquistar seu lugar no dia a dia de seus leitores, a fim de estruturar uma clientela. No caso de *O Fluminense*, que não era (nem é) um jornal propriamente pedagógico, investir na escrita sobre instrução pública seria colocá-lo no circuito dos *fait divers* (CAMPOS, 2012), devido ao seu atributo de abarcar todo e qualquer tipo de assunto. Porém, há que se pensar além. Talvez houvesse a necessidade de se criar uma cultura da escrita sobre instrução pública para chamar a atenção da população fluminense, com o intuito de envolver intelectualmente aqueles que estavam ou não preocupados com o futuro (presente?) do ensino ministrado nas escolas.

Outra questão a ser pensada é: quem escreveu? Nos artigos de 1894, não foi possível saber, mas era alguém que sinalizava ter conhecimento sobre o que estava escrevendo. Como não era um periódico pedagógico, não precisaria manter o compromisso de ter uma pessoa especializada para tratar do assunto¹⁵. E se não fosse um especialista, quem estaria *autorizado* a discutir sobre o tema? O interessante de se pesquisar um jornal sem teor pedagógico é ver as perspectivas dadas à instrução pública e o lugar reservado para ela. Pode ser que os escritores fizessem o papel dos libelistas¹⁶ e não tivessem um vínculo com questões relacionadas ao ensino, mas utilizavam o

¹⁵ Por exemplo, Biccás (2008) identificou, em sua pesquisa, que a **Revista do Ensino**, pertencente à Diretoria de Instrução Pública de Minas Gerais, matinha pelo menos um funcionário do ensino em sua estrutura editorial.

¹⁶ Pierre Bayle, em seu *Dictionnaire historique et critique* (1695-7), descreveu os libelistas como causadores de danos à honra das pessoas, que poderiam incitar até insurreições. “[...] Era impossível prever seus efeitos, mas uma coisa era certa: A língua e a pena de um só homem às vezes são mais úteis para uma causa do que um exército de 40 mil soldados [...]” (DARTON, 2012, p. 312).

jornal para emitir críticas e sacudir a opinião pública para gerar mudanças na sociedade. Eram os olheiros da instrução pública. Permanecer no anonimato ou se mostrar era um posicionamento político passível de ser colocado sob exame.

Um ponto importante a ser ressaltado nas análises são as representações sobre a formação de professores no Estado fluminense, em um momento tenso da Primeira República, quando o novo regime estava tentando se acertar. Houve confrontos políticos e até físicos, como ocorreu em Niterói, com a Revolta da Armada. Um período que precisava de reajustes para fazer frente às propostas levantadas condizentes com a *res publica*, com a cidadania e com a democracia. Tudo o que se relacionava com a Monarquia deveria ser deixado para que um novo tempo fosse vivido, por isso, não raro, a formação de professores era vista como a salvação para a instrução fluminense. É interessante pensar que não tratavam as crianças como a esperança de um futuro melhor, mas os professores.

O fato de considerar os normalistas como construtores da nação não quer dizer que a Escola Normal viveu um possível prestígio no final do Século XIX e início do XX, tendo em vista as agruras pelas quais passou em sua história, mas que o clima do início da República renovou a esperança daqueles que imaginavam que o país e, por conseguinte, o Estado mudaria com o novo regime político, por isso era preciso ver o professor na perspectiva de um futuro melhor.

Se for considerar o jornal como fragmento verossímil da cultura de um tempo e espaço (CAMPOS, 2012, p. 66), será possível perceber o quanto esse veículo de informação influenciou gerações, mudou convicções e fez com que passassem a olhar para o professor com sua formação e profissão com certa desconfiança.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to analyse a series of materials published in the newspaper *O Fluminense*, in the months of July, August and September 1894 that dealt with Public Education in the State of Rio de Janeiro. In the late nineteenth century, it was common to see news about the Normal School of Niteroi City, praising it as the only place from which would egress people responsible for instructing the Rio citizen. When handling the 1894 microfilms, I perceived representations produced by the local press concerning the Normal School, aiming to reconstruct possible resonances and impacts in the city. Initiate a sequence of materials dealing with contemporary teachers, was also to suggest improvements in education, as was the case with the first title found. Among other issues, the text listed three aspects that hindered the modern teacher, namely: confusing studying with memorising; use and abuse of textbooks and books in general; and the use of severity as discipline. For the newspaper, the teacher himself

should be the living compendium, for as Spencer pondered, the book's function was supplementary.

Keywords: Normal school and Lyceum. *O Fluminense* newspaper. Representations.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudia. Estado conservador e educação no Brasil: o caso do Liceu Provincial de Niterói (1847-1851). In: NUNES, Clarice (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

BICCAS, Maurilane Souza. O impresso como estratégia de formação. **Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)**, Belo Horizonte, 2008.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro dos velhos jornais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 28, p. 4 -70, jan/abr. 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 11, jan./abr, 1991.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

DARNTON, Robert. **O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XIV a Napoleão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ECAR, Ariadne Lopes. **Conhecimentos pedagógicos como orientação para a "missão docente": a formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1915)**. 2011. 281 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília. v. 79, n. 193, p. 63-71, set/dez. 1998.

MATHEUS, Letícia Cantarella. O Fluminense e a nostalgia das referências perdidas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2009.

_____. O jornal como fonte de tradição: a experiência de O Fluminense. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. MÍDIA ALTERNATIVA E ALTERNATIVAS MIDIÁTICAS. Fortaleza - CE, 2009.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. As construtoras da Nação: professoras primárias na Primeira República. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111_maria_lucia_r.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2009.

NOGUEIRA, Lacerda. A mais antiga Escola Normal do Brasil (1835-1935). **Officinas Graphicas do “Diário Oficial” do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: [s.n.], 1938.

Dossiê: imprensa, história e educação

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (Org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

TANURI, Leonor Maria, História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, mai/jun/jul/ago. 2000. Número Especial.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do Século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez de. (Org.). **A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 107-116.

WEHRS, Carlos. **Niterói, cidade sorriso: a história de um lugar**. Rio de Janeiro: Vida Doméstica, 1984.

_____. **Capítulos de memória Niteroiense**. Rio de Janeiro: Niterói Livros, 2002.

Fontes

Arquivos da Biblioteca Nacional

Periódicos

O FLUMINENSE. Niterói, 1 jan./30 jun. ano XVII, 1894.

O FLUMINENSE. Niterói, 1 jul./31 dez. ano XVII, 1894.

Arquivos on-line

Mensagens dos presidentes do estado do Rio de Janeiro

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1912. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u881/>>. Acesso em: abr./nov. 2009.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1919. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u888/>>. Acesso em: out./nov. 2011.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1920. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u889/>>. Acesso em: out./nov. 2011.

Leis

Biblioteca da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Coleção de Leis e Resoluções não sancionadas, Decretos, Deliberações e Portarias do Governo. 1893. Lei n. 41 de 28 de janeiro de 1893. Organiza o Ensino Público no Estado do Rio de Janeiro.